Ata da Reunião ordinária de 30 de março de 2016
da Câmara Municipal de Ponta Delgada

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e dezasseis, de acordo com a convocatória emitida nos termos da lei e devidamente publicitada por edital, em sessão ordinária, teve lugar, na sala de reuniões dos Paços do Concelho do Município de Ponta Delgada, a sexagésima segunda reunião da Câmara Municipal para o quadriénio 2013-2017, sob a Presidência de José Manuel Cabral Dias Bolieiro, com a presença das seguintes Senhoras e Senhores Vereadores Fátima Maria Câmara Carvalho de Viveiros Rego Ponte ; Maria da Graça Câmara Batista ; Fernando Manuel Quaresma Coelho Marques Fernandes ; Luísa Vieira de Magalhães Sousa Moniz ; Francisco Mota Vieira Rodrigues da Câmara ; Nuno Miguel de Andrade Miranda ; e Sónia Cristina Franco Nicolau.----------

---

Esteve ausente por motivo de férias o Vereador Pedro Filipe Rodrigues Furtado tendo tempestivamente justificado a sua ausência.----------

---

Secretariou esta reunião o Chefe de Divisão Administrativa João Nuno Borba Vieira de Almeida e Sousa. O Presidente declarou aberta a sessão pelas dez horas e vinte minutos.----------

---

Antes da Ordem do Dia

O Presidente deu por aberta a sessão saudando os presentes, em particular o público e os jornalistas ao serviço dos órgãos de comunicação social, que se encontravam no Salão Nobre dos Paços do Município por se tratar de reunião pública. Subsequentemente o Presidente deu nota da agenda mais relevante a curto prazo não deixando de exortar todos os responsáveis a participarem em eventos como a **sessão solene dos 470 anos da cidade de Ponta Delgada**, a ter lugar no dia 2 de abril com a entrega da medalha de mérito municipal à UA e RTP/A. Deu ainda nota de que terá lugar em breve o **III Encontro Ibérico de OP** sendo que Ponta Delgada é a cidade anfitriã e organizadora desse evento com importantes ganhos para a experiência do OP bem como para a projeção da cidade e dos Açores no mundo. Informou ainda a Câmara que a **Comissão Permanente de Política Geral do Parlamento Regional** solicitou uma reunião com a Presidência da Câmara Municipal que terá lugar no dia 8 com a presença do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e nessa audiência será discutida, com o próprio Legislador, a questão do Conselho de Ilha de São Miguel e a propalada dúvida sobre a desinstalação do mesmo. ----------

Em conformidade com as inscrições o Presidente cedeu a palavra à Vereadora Sónia Cristina Franco Nicolau que começou por saudar os presentes e louvar com registo positivo a forma como a CMPD celebrou o Dia da Poesia. Retomando a última reunião de Câmara e a discussão sobre a participação de Ponta Delgada na BTL questionou porque razão é que não foi aproveitado o momento da BTL para a promoção do acontecimento do final de ano com o réveillon de Ponta Delgada no centro do cartaz. Mais disse, na mesma intervenção, que apesar do Presidente reivindicar a paternidade das Festas de Verão, no atual modelo, a mesma não é do Presidente mas sim dos comerciantes que, desde 2007, aguentaram a concorrência desleal das Noites de Verão no Campo de São Francisco. Ainda no uso da palavra disse ser de questionar o que se diz nas notas de imprensa pois quando, por exemplo, se diz

que o Presidente vai auscultar os comerciantes sobre as Noites de Verão para as mesmas terem lugar mais cedo, está em contradição com o próprio Caderno de Encargos para as mesmas e já aprovado em reunião de Câmara. Sónia Cristina Franco Nicolau afirmou ainda que, a propósito da ideia Ponta Delgada Capital Europeia da Cultura, o Presidente disse que já se encontra instalada a respetiva Comissão de Cultura o que não é verdade porque o que está em causa é a Comissão de Toponímia que é coisa diversa. A Vereadora em causa alertou ainda para o facto de o botão "Inglês" no site da Câmara Municipal não converter a página na Língua que anuncia. Finalmente a Vereadora Sónia Cristina Franco Nicolau sumariou um catálogo de **propostas de intervenção** que a Vereação do PS faz juntar à presente ata e que fará parte integrante da mesma como **Doc. 1.**----------

---

O Vereador Nuno Miguel de Andrade Miranda questionou a senda de abate de árvores sendo que as operações mais recentes tiveram lugar na Alameda de Santa Teresa e na Rua de São Gonçalo e foram comunicadas ao PS pelos moradores que mostraram surpresa sem saberem quais as razões objetivas para o corte. Ainda no uso da palavra nos termos do regimento o Vereador em causa referiu que leu recente entrevista do Presidente sobre a Polícia Municipal e na qual José Manuel Cabral Dias Bolieiro terá dito que a PM não tem armas, o que não é verdade, e que os agentes da PM não substituem a PSP. Ora, disse, Nuno Miguel de Andrade Miranda que não se pode esquecer o próprio regulamento da PM que determina a sua cooperação com a PSP, pelo que, deverá ser reequacionado o horário da PM para que possa ser mais eficaz e fazer cumprir os regulamentos municipais. Ainda o Vereador em causa, recordou que havia o compromisso com a Fajã de Baixo de ceder à Junta o uso das antigas instalações da escola de Santa Rita, serviram de deposito à escola das anexas e cujas obras já terminaram. Ora, sendo o espaço é útil para as forças vivas da Freguesia o PS questiona o Presidente sobre o que falta para que o mesmo possa cumprir com a promessa já feita nesse sentido ao Presidente da Junta de Freguesia da Fajã de Baixo. Finalmente o Vereador Nuno Miguel de Andrade Miranda disse ser de regressar ao tema do sector

empresarial local (SEL) pois o Presidente tem-se solidarizado com as preocupações do PS mas nunca se abriu a fazer um diálogo abrangente com munícipes e com as empresas do SEL. Importa saber qual o real passivo e pensar na internalização e até possível insolvência das empresas municipais acabando-se com as soluções criativas de engenharia social para subsidiar as mesmas como sucede com o Coliseu. Quanto à Azores Parque a situação é de natureza diferente pela integração de capitais privados no capital social da sociedade em causa.----------

Na resposta o Presidente saudou a proactividade crítica das intervenções do ponto de vista democrático. Quanto à BTL disse que relativamente à promoção do cartaz da passagem de ano reitera o que já afirmou e reafirma dizendo que o grande evento do réveillon tem de ser um evento âncora de combate à sazonalidade turística e não pode ser uma responsabilidade única da CMPD, porquanto é também do interesse dos empresários e do Governo Regional para promoção, não de Ponta Delgada, mas sim dos Açores. Contudo, nesse sentido, a CMPD apenas teve a adesão da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada sendo que é a própria CCIPDL quem lidera o processo. Disse ainda José Manuel Cabral Dias Bolieiro que a falta de uma política turística regional, que não cumpre este desiderato, não está a projetar os Açores como destino turístico no plano nacional e internacional sendo que a promoção maior tem sido feita pela mesa de turismo da CCIPDL. Quanto às Noites de Verão, independentemente da paternidade, a decisão é do Presidente da CMPD e da sua opção política que começou pela obra de regeneração do Campo de São Francisco fazendo um ato de justiça a uma concorrência que não era natural na época de Verão. A atual Animação do Centro Histórico tem tido bom acolhimento dos empresários e quanto ao alargamento do período das Noites de Verão é manifesto que as mesmas terão em conta os limites temporais do Verão mas teremos também em conta eventos de animação na época baixa, como por exemplo o caso do Tremor que tem significativo apoio da CMPD. Quanto à Comissão de Cultura importa ter em conta que a nova Comissão de Toponímia não sendo disruptiva da anterior de Toponímia será mais abrangente incluindo também a projeção da identidade cultural de Ponta Delgada. No resto,

disse o Presidente, estamos sempre recetivos a aportações críticas para desde que sejam enquadradas no realismo da sua execução. No que concerne ao alegado abate de árvores, José Manuel Cabral Dias Bolieiro, disse que não há nenhuma sanha de abate mas sim corte e manutenção das mesmas até porque há casos de fendilhação e danos patrimoniais em habitações mas também nos próprios passeios, tudo causado pelo porte e raízes de árvores e que requerem manutenção sem embargo de termos de equacionar outro tipo de arborização que evite danos. Sobre esta matéria a Vereadora do pelouro, Fátima Maria Câmara Carvalho de Viveiros Rego Ponte, disse que o que foi executado teve de ser feito e não foi por acaso pois tudo é feito com estudo e medidas concretas tendo em conta também os normativos para as paragens de passageiros que existiam nas vias citadas. Assim os melhoramentos da Hugo Moreira na sua inserção com São Gonçalo demandou uma intervenção nas vias e constrangimentos nas mesmas sendo que todos os cortes e intervenções foram executados com parecer e autorização da Direção Regional dos Serviços Florestais e com os normativos da segurança rodoviária. Retomando a sua intervenção o Presidente referiu que quanto à PM a lei é clara pois perante a mesma a PM não é uma Policia de Segurança Pública sendo certo que a existência da PM não deixa de criar expectativas e há um trabalho da PM, nomeadamente, de fiscalização e administração dos nossos regulamentos e maior proximidade nas escolas e em outros equipamentos públicos de responsabilidade municipal que é de registar. A PM colabora com eventos de natureza desportiva como é o caso do SATA Rallye e muitas vezes a pedido das organizações. Não pode é a PM fazer o que é da responsabilidade da PSP e o Estado tem de cumprir com a sua obrigação de reforço de meios para a PSP, especialmente para o período noturno, em que importa impor a ordem pública, sendo que o que se passa na rua não é da responsabilidade dos empresários que possuam estabelecimentos de restauração, bebidas, ou animação noturna. Sem embargo disso houve reforço das equipas e turnos da PM. Quanto à cedência de uso da antiga escola de Santa Rita a mesma será executada quando houver disponibilidade. O Presidente disse ainda que quanto ao SEL este está endividado até porque o Legislador alterou as regras a meio do jogo.

No resto é um facto que a CMPD está a reduzir o endividamento do Município como bem sublinhou o próprio Tribunal de Contas. Além do endividamento a economia não dá expectativas de solvabilidade, assim estamos com a ANMP a articular alterações à legislação do SEL. O Presidente disse que as preocupações que o Vereador Nuno Miguel Andrade Miranda tem com o SEL são análogas às preocupações que também se devia ter com as empresas regionais como por exemplo a Saudaçor e outras.----------

Nas intervenções finais a Vereadora Sónia Cristina Franco Nicolau disse que relativamente à questão do réveillon o discurso do Presidente é conhecido mas há falta de uma posição ativa da CMPD. Quanto às Noites de Verão a nota de imprensa é clara ao dizer que o Presidente Bolieiro assume a paternidade da cessação das Noites do Campo, até por razões de salubridade, porém o mesmo nunca se indignou com a falta de condições higio-sanitárias quando foi Vice-Presidente. Quanto ao alargamento do período das Noites de Verão a Vereadora Sónia Cristina Franco Nicolau perguntou onde está o plano para Abril e Maio. Quanto à toponímia e respondendo à comunicação social o Presidente é que disse, no âmbito da ideia de Capital Europeia da Cultura, que existia uma comissão para a CEC o que, como se sabe, não existe.----------

O Vereador Nuno Miguel Andrade Miranda a respeito do corte e manutenção de árvores nos caminhos municipais solicitou o estudo realizado para justificação dos cortes. Quanto à PM referiu que é uma questão de opções e de melhor distribuição de turnos e quanto ao SEL, Nuno Miguel de Andrade Miranda, disse que importa não confundir a capacidade de endividamento do Município com o SEL e o enquadramento deste é diferente do sector empresarial regional e nacional.----------

Pelas 11 horas e 35 minutos esgotado o período antes da ordem do dia o Vice-Presidente deu por encerrado o debate e deu início à apreciação e debate dos assuntos inclusos na Ordem do Dia.----------

---

ORDEM DO DIA

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL

ASSUNTO : 81/16 : JOÃO GUALBERTO MONIZ DE OLIVEIRA - PEDIDO DE ISENÇÃO DO IMT

Foi presente requerimento do cidadão João Gualberto Moniz de Oliveira solicitando isenção de IMT e imposto de selo para aquisição de prédio rústico. Sobre o pedido foi emitida informação jurídica prestada pelo Chefe de Divisão Administrativa, João Nuno Borba Vieira Almeida e Sousa, cujo teor se encontra anexa ao processo. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, prestar parecer favorável, em conformidade com o parecer Jurídico da Divisão Administrativa, e ordenar a comunicação do parecer favorável à ATA e ao requerente.----------
---

ASSUNTO : 82/16 : ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS – PEDIDO DE APOIO

Este ponto foi adiado, por sugestão da Vereadora Sónia Cristina Franco Nicolau, para que autarquia verifique se a ADFA não solicitou apoios para o mesmo fim a outras entidades, cabendo o ónus da prova à própria ADFA.----------
---

ASSUNTO : 83/16 ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Pela Vereadora Luísa Vieira de Magalhães Sousa Moniz, foi presente a segunda proposta de alteração ao regulamento do orçamento participativo da Câmara Municipal de Ponta Delgada. O Vereador Nuno Miguel de Andrade Miranda

referiu que este ponto devia ser debatido depois do Encontro Ibérico com as aportações daí advindas. O Presidente disse que não é o documento final pois teremos ainda a discussão pública e a Vereadora do pelouro, Luísa Vieira de Magalhães Sousa Moniz, explicitou que em causa estão as alterações decorrentes das aportações dos interessados e que depois será à Assembleia Municipal que compete aprovar. O Vereador Nuno Miguel Andrade Miranda disse ter dúvidas num único ponto, o da supressão da audiência prévia no artigo 13. o Presidente afirmou que tal não é penalizador e resulta da experiência do OP. Findo o debate as alterações foram a votação e aprovadas, por unanimidade, devendo o procedimento seguir para discussão publica.----------

---

ASSUNTO : 85/16 : NÚCLEO SPORTINGUISTA DE SÃO MIGUEL - PEDIDO DE APOIO – MEIA MARATONA DE SÃO MIGUEL

Pelo Núcleo Sportinguista de São Miguel foi presente pedido de apoio à meia maratona de Ponta Delgada, a realizar a 10 de abril do ano em curso. A Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 24º do Regulamento Municipal de Apoio ao Desporto e em conformidade com a alínea u) do artigo 33º da Lei 75/2013, deliberou, por unanimidade, aprovar um apoio no montante de 1.560,00 euros (mil quinhentos e sessenta euros) cabimentado a 3 de Março conforme nota 1082.----------

---

ASSUNTO : 86/16 : COMUNIDADE PAROQUIAL DE SÃO SEBASTIÃO, MATRIZ DE PONTA DELGADA - PEDIDO DE APOIO

Pela Comunidade Paroquial de São Sebastião da Matriz de Ponta Delgada foi presente ofício a solicitar apoio para o som da procissão do Enterro do Senhor , a realizar no dia 25 do corrente mês. A Câmara Municipal, em conformidade com a alínea u) do artigo 33º da Lei 75/2013, deliberou, por unanimidade, aprovar um apoio no montante de 265,50 euros (duzentos e sessenta e cinco

mil euros e cinquenta cêntimos) cabimentado a 22 de Março conforme nota 1479. Neste debate e votação a Vereadora Sónia Cristina Franco Nicolau declarou escusa na votação por em consciência objetar a esta relação entre os poderes públicos e a igreja.----------

---

ASSUNTO : 87/16 CASA DO PESSOAL DA RTP - PEDIDO DE APOIO

Pela Direção da Casa do Pessoal da RTP – Açores foi presente email a solicitar apoio à colónia de férias da Páscoa a realizar de 21 a 24 do corrente mês, nomeadamente, uma visita à Quinta das Raiadas. No debate a Vereadora Sónia Cristina Franco Nicolau disse que se percebe o propósito mas o uso de dinheiros públicos deve ser medido e ponderado e se todos vivem tempos difíceis há pessoas, no caso funcionários da RTP, com uma média salarial que não é residual, que são capazes de sustentar as férias dos seus filhos e isso deve demandar uma reflexão e escrutínio dos dinheiros públicos, independentemente dos montantes envolvidos. A Câmara Municipal, em conformidade com a alínea u) do artigo 33º da Lei 75/2013, deliberou, por unanimidade, aprovar um apoio no montante de 420.01 (quatrocentos e vinte euros e um cêntimo) cabimentado a 23 de Março conforme nota 1511.----------

---

ASSUNTO : 88/16 - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BOMBEIROS PROFISSIONAIS - PEDIDO DE APOIO AO XV CONGRESSO NACIONAL.

Pelo Presidente da Direção da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais foi presente email a solicitar apoio para o XV Congresso Nacional dos Bombeiros Voluntários que terá lugar na cidade de Ponta Delgada nos dias 15 e 16 de Abril. A Câmara Municipal, em conformidade com a alínea u) do artigo 33º da Lei 75/2013, deliberou, por unanimidade, aprovar um apoio no montante de

1.000.00 (mil euros) cabimentado a 21 de Março conforme nota 1468.----------

---

ASSUNTO : 89/16 – RUBEN FILIPE CARVALHO GARCIA - PEDIDO DE APOIO – 2ª TAÇA DE PORTUGAL DE PARACICLISMO

Pelo cidadão Rúben Filipe Garcia foi presente pedido de apoio a fim de participar na 2.a Taça de Portugal de Para-ciclismo que decorrerá em Aveiro. A Câmara Municipal, em conformidade com a alínea u) do artigo 33º da Lei 75/2013, deliberou, por unanimidade, aprovar um apoio no montante de 615.56 (seiscentos e quinze euros e cinquenta e seis cêntimos) cabimentado a 23 de Março conforme nota 1506.----------

---

ASSUNTO : 90/16 – EDUARDO PAULO AMARO - PEDIDO DE APOIO PARA PEREGRINAÇÃO A SANTIAGO DE COMPOSTELA.

Pelo cidadão Eduardo Paulo Amaro do Grupo de Peregrinação a Santiago em Bicicleta foi presente pedido de apoio às despesas com a deslocação da peregrinação que decorrerá entre os dias 29 de Abril e 5 de Maio. O assunto foi submetido a aprovação pelo Vereador Pedro Filipe Rodrigues Furtado sublinhando que de acordo com o Gabinete de Apoio ao Desporto a CMPD pode apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município em cfr. Com alínea u) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. Assim, propôs à CMPD a atribuição do apoio pelas seguintes razões que fundamentam o interesse municipal da respetiva aplicação financeira: a) Promoção do concelho de Ponta Delgada no exterior em localidades de grande concentração turística , nomeadamente Porto e Santiago de Compostela; b) Estabelecimento de parcerias e contacto que potenciem a vinda de grupos a São Miguel para passeios turísticos. No debate o Vereador Nuno Miguel Andrade Miranda registou a sua estupefação no

processamento deste assunto pelo Gabinete de Apoio ao Desporto sendo uma peregrinação pois embora o Caminho de Santiago seja, no caso, feita de bicicleta não deixa de ser um ato espiritual e não desportivo. Sobre o assunto o Presidente disse que está fundamentado o interesse do Município no evento. A Vereadora Sónia Cristina Franco Nicolau pediu escusa, pelos motivos já supra expostos, mas disse que nada tem contra a CMPD quando esta apoiar festividades, mas subsidiar privados nestes termos é coisa diferente. Referiu que sobre a matéria os próprios serviços técnicos da CMPD colocaram reservas ao subsídio. Na votação ausentou-se a Vereadora Fátima Maria Câmara Carvalho de Viveiros Rego Ponte. Colocado o assunto à votação a Câmara Municipal, em conformidade com a alínea u) do artigo 33º da Lei 75/2013, deliberou, por unanimidade, aprovar um apoio no montante de 688.94 (seiscentos e oitenta e oito euros e noventa e quatro cêntimos) cabimentado a 23 de Março conforme nota 1507 e destinado ao custo do aluguer de viatura para os peregrinos e respetivas bicicletas----------

---

ASSUNTO : 91/16 – NÚCLEO MUSEOLÓGICO E CULTURAL DE PONTA DELGADA – SINAGOGA.

Pelo responsável do Núcleo Museológico e Cultural de Ponta Delgada – Sinagoga, Lic. José Melo, foi solicitada a aceitação de doação de livros para a biblioteca do núcleo da Sinagoga. A Câmara deliberou,por unanimidade, aceitar a doação.----------

---

ASSUNTO : 92/16 – O TREMOR - FESTA DE MÚSICA DE PONTA DELGADA - PEDIDO DE APOIO

Foi pela equipa do TREMOR – Festa de Música de Ponta Delgada solicitado apoio para a realização do evento. A Câmara Municipal, em conformidade com a alínea u) do artigo 33º da Lei 75/2013, deliberou, por unanimidade, aprovar

um apoio no montante de 12.000.00 (doze mil euros) cabimentado a 11 de Março conforme nota 1269. No debate a Vereadora Sónia Cristina Franco Nicolau disse que o PS associa-se a esta iniciativa privada porque entende que este é o espaço certo para a montra de PDL, e acrescentou ser lamentável que no site da CMPD não existisse qualquer link ao Tremor e, infelizmente, só depois do evento é que vem à reunião de câmara o apoio.----------

---

ASSUNTO : 94/16 – UNIVERSIDADE DOS AÇORES – PROJETO DE EMPREENDEDORISMO – GET READY FOR BUSINESS -

Pela Universidade dos Açores foi presente email a solicitar apoio ao projeto acima referenciado. A Câmara Municipal, em conformidade com a alínea u) do artigo 33º da Lei 75/2013, deliberou, por unanimidade, aprovar um apoio no montante de 1.000.00 (mil euros) cabimentado a 29 de Março conforme nota 1557. Do debate e votação declarou escusa a Vereadora Maria da Graça Câmara Batista.----------

---

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE RECURSOS HUMANOS

ASSUNTO : 79/16 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO EM REGIME DE AVENÇA – SANDRA DA CONCEIÇÃO COSTA SOUSA

Pela Vereadora Luísa Vieira Magalhães Sousa Moniz, foi apresentada proposta de ajuste direto para a contratação em regime de avença com a licenciada Sandra da Conceição Costa Sousa para exercer funções no âmbito do Orçamento Participativo. O contrato terá a duração de 12 meses renováveis até ao limite máximo de 36 meses e montante total de 43.200,00 euros, pago em prestações mensais de 1.200,00 euros (mil e duzentos euros), com o regime de IVA explicitado na informação dos RH, e com início a partir do dia 9 de abril de 2016. No debate o Vereador Nuno Miguel de Andrade Miranda repristinou a

reflexão sobre entrevista do Presidente que disse que o quadro de pessoal é extenso e tem muitos recursos humanos, ora a ser assim, disse o citado Vereador, estes deviam ser reciclados em vez recorrermos a out-sourcing. O Presidente sublinhou que sem embargo do que disse temos de ter em conta o histórico do know-how adquirido por certos recursos humanos em domínios novos como sucede com o OP. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de contratação nos termos e fundamentos supra expostos.----------

---

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE

ASSUNTO : 77/16 : RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

Pela Subunidade Orgânica de Contabilidade foi presente o resumo diário de tesouraria que no dia 29 de Março era de 1.684.673, 18 euros (um milhão seiscentos e oitenta e quatro seiscentos e setenta e três euros e dezoito cêntimos). A Câmara tomou conhecimento.----------

---

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TAXAS E LICENÇAS

ASSUNTO N.º 78/16 : MONOPÓLIO DA ZONA ILUMINADA PARA O IMPÉRIO DA FESTA DO ESPÍRITO SANTO DA LEVADA – FREGUESIA DE SÃO PEDRO.

Pela Junta de Freguesia de São Pedro foi presente o ofício n.34/2016, datado de 23 de fevereiro do ano em curso, solicitando a cedência de monopólio da zona iluminada para o império da festa do Espírito Santo da Levada, na Rua do Emigrante, freguesia de São Pedro, para os dias 14 a 17 de Maio. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o requerido.----------

---

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES.

ASSUNTO GSE 11871/2015: DELIMITAÇÃO DE UNIDADE DE EXECUÇÃO PARA ONZE PARCELAS DE TERRENO SITOS NA NORDELA, NO MOIO, E NA RUA ABEL FERIN COUTINHO, FREGUESIA DE SÃO JOSÉ, PROPOSTO PELA EMPRESA BENSÁUDE

Por deliberação camarária de 20 de janeiro de 2016, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o requerido projeto de delimitação de unidade de execução, nos termos do Decreto-Lei no. 80/2015, de 14 de maio, e subsequentemente colocar o mesmo a discussão pública conforme estabelecido no artigo 89 do citado diploma .De acordo com o parecer do Chefe de Divisão de Planeamento, Luís Miguel de Sousa Guerra Borges Garcia, tendo terminado o prazo da discussão publica, sem que tenha sido presente qualquer reclamação ou sugestão, submete-se novamente a deliberação camarária, como define o artigo 90o. do referido decreto lei. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Unidade de Execução em causa.----------

---

DIVISÃO DE APOIO À COESÃO TERRITORIAL E AO DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO N.º 61/16 : AUTORIZAÇÃO PARA VENDA DE JAZIGO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE S. JOAQUIM

Requereu António José da Costa Raposo, residente na rua Pedro da Mota, Lugar da Murgeira – Mafra, autorização para venda do Jazigo situado no Talhão F, no. 64, do Cemitério Municipal de S. Joaquim, a José Artur Jácome Corrêa, residente na rua do Carvão no. 3, freguesia de Santa Clara, deste concelho. Foram ouvidos o responsável e o encarregado do cemitério, cujos pareceres se encontram anexos ao processo. A Câmara Municipal, nos termos e fundamentos

dos Serviços do Cemitério Municipal de São Joaquim, deliberou, por unanimidade, autorizar a alienação de jazigo. ----------
---

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE COMPRAS

ASSUNTO N.º 80/16 : PARECER PRÉVIO VINCULATIVO FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTUDO DE VULNERABILIDADE E RISCOS DE MOVIMENTOS DE VERTENTES E ESTABILIDADE DE TALUDE EM SANTO ANTÓNIO

Em conformidade com o disposto nos números 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2015, aplicável transitoriamente, nos termos do artigo 12.º-H.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), considerando que não se encontra em vigor o Orçamento do Estado para 2016, submete-se o pedido de emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração de contrato de aquisição de serviços de estudo de vulnerabilidade e riscos de movimentos de vertentes e estabilidade de talude em Santo António, pelo valor proposto de 42.372,50 euros e prazo máximo de 4 meses. No debate a Vereadora Sónia Cristina Franco Nicolau disse que o precedente é o caso que antecede com o lamentável óbito de uma criança, sendo que aquando do licenciamento dos lotes é de lamentar que não tenha sido suscitado qualquer estudo geológico, ou outro, sobre os terrenos e importa saber qual é o ponto de situação do processo. O Presidente esclareceu que em causa está apenas a contratação de um estudo e quanto ao resto há uma responsabilidade criminal a apurar e que compete aos Tribunais. José Manuel Cabral Dias Bolieiro disse que a tempo a preocupação da CMPD foi a de embargar a obra o que terminou com termo de responsabilidade pelo Diretor Técnica da Obra. Acrescentou que neste debate olhamos para o futuro e para o lado do talude que pende para caminho municipal daí a necessidade de ser feita esta avaliação para se saber se há ou não condições de continuar a obra. Colocado o assunto a votação, a Câmara deliberou, por

unanimidade, emitir parecer prévio vinculativo favorável à contração de serviços de estudo de vulnerabilidade e riscos de movimentos de vertentes e estabilidade de talude em Santo António.----------

---

ASSUNTO N.º N.º 84/16 : PARECER PRÉVIO VINCULATIVO FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PARQUE URBANO.

A Subunidade Orgânica de Compras em conformidade com o disposto nos números 5 e 12 do artigo 75.o da Lei n.o 82-B/2014,de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2015, aplicável transitoriamente, nos termos do artigo 12.o-H,o da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), considerando que não se encontra em vigor o Orçamento do Estado para 2016, submete o pedido de emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração de contrato de aquisição de serviços de manutenção e conservação do Parque Urbano, pelo valor proposto de 59.500,00 euros e período máximo de 8 meses, tendo como limite o dia 31 de dezembro de 2016. No debate o Vereador Nuno Miguel de Andrade Miranda quis saber se esta salvaguardada a parcela do parque urbano objeto de contrato de arrendamento e objetar a que só tenham sido convidadas duas empresas sem histórico nestas atividades. O Presidente esclareceu que o âmbito do contrato de arrendamento em causa estava salvaguardado e em causa está apenas o pedido de parecer prévio e depois, aquando da contratação, os serviços farão outra pesquisa. Colocado o assunto a votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio vinculativo favorável à contração de aquisição de serviços de manutenção e conservação do Parque Urbano..----------

---

Findo o período da Ordem do Dia e por se tratar de **reunião pública** com a presença de alguns munícipes no espaço reservado para o efeito o Presidente deu a palavra aos interessados que se inscreveram e identificaram como tal. **Nuno Ventura Oliveira,** que se identificou como responsável pelo Restaurante **"Aliança"** mostrou-se preocupado com a divulgada intenção de

alteração dos horários. O empresário disse que os horários de restauração e bares não podem nunca serem reduzidos sendo que a CMPD até alargou os horários sendo que o saldo do Verão é positivo e com pessoas na rua a cidade é mais segura e potencia o turismo. Não é fechando à meia noite e removendo de imediato as esplanadas, como se promove no projeto de Regulamento de Horários, que se serve o interesse dos empresários, do turismo e até dos locais. Disse ainda que a CMPD tem de ter organização na recolha do lixo e que na cidade temos de ter bares abertos e ajudarmos os empresários noturnos porque o turismo não é apenas as Lagoas. **João Joaquim Pereira Velho,** titular da exploração do bar **"Sentado em Pé",** disse que Há mais violência nas famílias do que na noite e nesta há segurança até porque o consumo é social e os seus clientes não são alcoólicos. A verdade é que em Ponta Delgada há jovens de 14 anos e menos que circulam na rua com garrafas de álcool que fazem os desacatos e depois os empresários da noite é que são responsabilizados. Há cidades que não dormem e nem por isso há encerramento de bares e de animação noturna. Em suma mostrou oposição ao modelo do projeto de Regulamento que visa a redução dos horários. **Raquel Maria Teixeira da Silva,** sócia do restaurante **"A Tasca",** disse que o restaurante tem um ecoponto e quando recolhem o lixo às 20 horas ela tem de fechar as portas do estabelecimento para evitar a propagação dos cheiros pelo que instou a CMPD a reequacionar os horários. **Luís Alberto Almeida Duarte d**isse estar presente na reunião em representação da **AHRESP** e que os seus associados estão apreensivos e contra o modelo do projeto de regulamento. Disse que estão com os moradores, que querem tranquilidade, mas não se pode responsabilizar quem trabalha na noite. O Regulamento não é adequado e tem normas inexequiveis como por exemplo a ordem de remoção da clientela em 30 minutos depois do estabelecimento ter encerrado. Mais disse que quanto às esplanadas não se compreende porque razão antes de encerrar se fica obrigado a recolher os equipamentos. O Presidente registou as preocupações dos munícipes supra identificados e disse que há empresários, o Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, e até alguns moradores, em especial da Rua dos Mercadores, que têm opinião oposta. Há um

Procedimento Administrativo em curso e não há ainda nenhum Regulamento mas apenas um rascunho que não definitivo estando a CMPD aberta a sugestões por escrito até dia 19 de abril. ----------

---

Não havendo outros assuntos agendados e a tratar, pelas doze horas, o Presidente agradeceu o contributo de todos e declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que, nos termos do artigo 57.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e por quem secretariou a reunião e lavrou a presente ata. Por reserva da privacidade dos cidadãos intervenientes no período destinado ao público os contactos dos mesmos não constam em ata mas serão registados para a respetiva audiência dos interessados em sede de discussão do Regulamento dos Horários.----------

---

O Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada

(José Manuel Cabral Dias Bolieiro)

Secretariado

(João Nuno Borba Vieira de Almeida e Sousa)

Documento / R.E. de
30 MARÇO / 2016

INTERVENÇÃO POLÍTICA

"Ponta Delgada, as pessoas como elementos centrais"

As pessoas são o elemento central do desenho urbano e rural, garantindo-se a qualidade do espaço público. Esta intervenção é parte do pensamento estratégico, subdivido em eixos, para o desenho urbano da cidade que se abre a todos e é pertença de todos.

Reposicionamos o estatuto e o papel do turismo na reconfiguração socioeconómica, cultural e identitária dos espaços urbanos como um fenómeno turístico que mais contribui para o engrandecimento de Ponta Delgada. O novo modelo aéreo beneficia os Açores e Ponta Delgada tem sido a porta de entrada.

Há um fator decisivo na reorganização dos territórios e na redefinição de políticas de planeamento e desenvolvimento urbano, sobretudo pelas expectativas de regeneração das paisagens e de revitalização económica das cidades, o turismo vem sendo perspetivado, do lado dos poderes públicos locais, como o caminho mais promissor para tão desejado engrandecimento.

Ponta Delgada tem que iniciar um percurso de inovação na tomada de decisões para que a imagem visual dos seus espaços seja agradável para turistas e residentes, com abordagem acerca das suas funções, das possibilidades e dos desafios que o fenómeno turístico encerra.

Importa uma posição prospectiva na relação residente-cidade-turista, mas que está assente, numa necessária reflexão ao estado da arte.

A jusante de um necessário e emergente pensamento sobre o centro e periferia, que desde já se desafia a autarquia a fazê-lo, importa lançar mãos às áreas de responsabilidade direta da autarquia sobre o papel da cidade na relação residente-cidade-turista e cujo custo é reduzido ou nulo mas a mais-valia para todos é potencialmente elevado.

Assim, propõe-se um conjunto de medidas, no total são 27, nas áreas da **Mobilidade e Acessibilidades**, **Higiene Urbana**, **Sinalética, Cultura, Espaços naturais, Informação, Ordenamento do Território, Proteção e Segurança e Investir no Comércio,** para promover qualidade de vida das pessoas no centro histórico e concelho.

Reunião Camarária, Paços do Concelho, 30 de março de 2016

Mobilidade e Acessibilidades:

1) Criar um plano de acessibilidades pedonais e mobilidade em Ponta Delgada;
2) Encerrar ao trânsito automóvel a Rua dos Mercadores;
3) Ressalto zero entre os passeios com as passadeiras e vias;
4) Promover um modelo de acalmia de tráfego (Zonas 20 ou 30) nas zonas de coexistência, em particular nas ruas do centro histórico;
5) Horário definido para Cargas e Descargas no centro histórico e fiscalização sobre o cumprimento do mesmo;
6) Manter uma atenção permanente na conservação e na reparação de todas as infra-estruturas de apoio à circulação pedonal (passeios, degraus, rampas, passadeiras, etc.);
7) Diligenciar com as empresas de transportes públicos de passageiros a libertação da Av. Infante D. Henrique, através da limitação do tempo de presença veículos, autorizando apenas a paragem com tempo suficiente para entrada e saída de passageiros, dando como alternativa aos percursos oriundos do Sul o estacionamento no parque da Madruga/Santa Clara e aos oriundos do poente o recurso ao parque Av.D.Manuel I ;

8) Reavaliar a utilização efetiva face à cedência dos espaços públicos ocupados pelos quiosques na Av. Infante D. Henrique conexo às Portas do Mar.

Higiene Urbana

1) Reconfiguração do horário da recolha de resíduos urbanos no centro histórico;
2) Aferição à capacidade das redes de ecopontos e papeleiras no centro histórico e periferia da cidade e, paralelamente, a fiscalização à incorreta deposição do lixo.

Sinalética

1) Remoção ou redução de sinalização vertical;
2) Substituição, sempre que possível, por sinalização horizontal.

Cultura

1) Plano de revivificação do Campo de São Francisco;
2) Geração de agenda cultural e animação durante todo o ano e com a devida antecipação, noticiada no sítio "Agenda de Eventos ";
3) Publicitação dos roteiros temáticos (jardins, moinhos de vento, património religioso e de culto...) no sítio da autarquia no espaço "Visitar".

Espaços naturais

1) Alteração do horário de acesso à Lagoa das Empadadas e do Canário, na época baixa;
2) Avaliar intervenção na conservação e limpeza em infraestruturas públicas (miradouros, zonas de merenda, jardins públicos, piscinas...) em parceria com as juntas de freguesia.

Informação

1) Reutilização do sítio da autarquia como efetivo promotor das vivências e existências de Ponta Delgada, em bilingue (inglês e português), como promoção do comércio, dos serviços e da cultura em Ponta Delgada;
2) Promoção do espaço virtual da autarquia, **Visitar**, com ligação aos principais sítios de promoção turística da Região e sítios de Cruzeiros que escalam as Portas Do Mar.

Ordenamento do Território

1) Plano de pormenor de reabilitação urbana, após versão final do Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável;
2) Plano de Intervenção no Espaço Rural;
3) Plano de pormenor de salvaguarda do centro histórico;
4) Análise ao PDM, por freguesias, para aferição de possíveis alterações de classificação de solo (focalizado na sustentabilidade ambiental e económica).

Proteção e Segurança

1) Reequacionar o horário e intervenção da polícia municipal, reforçando a prática pedagógica e a proximidade;
2) Solicitar o reforço de agentes da PSP em Ponta Delgada.

Investir no Comércio

1) Protocolo com a AHRESP e não associados para que os estabelecimentos de restauração e bebidas como fornecedores de um conjunto de serviços de utilidade aos munícipes, nomeadamente na disponibilização de água de consumo, e de uso de instalações sanitárias, terão um desconto de 15% na factura relativa a RU face aos tarifários gerais aplicados aos consumidores não-domésticos. Para entrar em vigor no ano de 2017;

2) Protocolo com a CCIPD para que os estabelecimentos de comércio local usufruam de desconto de 15% na factura relativa a RU face aos tarifários gerais aplicados aos consumidores não-domésticos, sempre que estejam abertos para além do horário atual, nomeadamente aos sábados à tarde ou domingos e feriados. Para entrar em vigor no ano de 2017.

AGENDA DA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL - ORDINÁRIA DE 2016/03/30

Subunidade Orgânica de Expediente e Serviços Gerais

Proc. 81/16
JOÃO GUALBERTO MONIZ DE OLIVEIRA - PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMT

Proc. 82/16
ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS - PEDIDO DE APOIO

Proc. 83/16
ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Proc. 85/16
NÚCLEO SPORTINGUISTA DE SÃO MIGUEL - PEDIDO DE APOIO - MEIA MARATONA DE SÃO MIGUEL

Proc. 86/16
COMUNIDADE PAROQUIAL DE SÃO SEBASTIÃO, MATRIZ DE PONTA DELGADA - PEDIDO DE APOIO

Proc. 87/16
CASA DO PESSOAL DA RTP - PEDIDO DE APOIO

Proc. 88/16
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BOMBEIROS PROFISSIONAIS - PEDIDO DE APOIO AO XV CONGRESSO NACIONAL

Proc. 89/16
RUBEN FILIPE CARVALHO GARCIA - PEDIDO DE APOIO - 2.ª TAÇA DE PORTUGAL DE PARCIALISMO

Proc. 90/16
EDUARDO PAULO AMARO - PEDIDO DE APOIO PARA PEREGRINAÇºAO A SANTIAGO DE COMPOSTELA

Proc. 91/16
NÚCLEO MUSEOLÓGICO E CULTURAL DE PONTA DELGADA - SINAGOGA

Proc. 92/16
O TREMOR - FESTA DE MÚSICA DE PONTA DELGADA - PEDIDO DE APOIO

Proc. 94/16
UNIVERSIDADE DOS AÇORES - PROJETO DE EMPREENDEDORISMO GET READY FOR BUSINESS

Subunidade Orgânica de Recursos Humanos

Proc. 79/16
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO EM REGIME DE AVENÇA

Subunidade Orgânica de Contabilidade

Proc. 77/16
RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças

Proc. 78/16
CEDÊNCIA DE MONOPÓLIO DA ZONA ILUMINADA PARA O IMPÉRIO DA FESTA DO ESPÍRITO SANTO DA LEVADA - FREGUESIA DE SÃO PEDRO

Subunidade Orgânica de Obras Particulares

Proc. 11871/2015
DELIMITAÇÃO DE UNIDADE DE EXECUÇÃO PARA ONZE PARCELAS DE TERRENO SITOS NA NORDELA, NO MOIO, E NA RUA ABEL FERIN COUTINHO, FREGUESIA DE SÃO JOSÉ, PROPOSTO PELA EMPRESA BENSÁUDE

Divisão de Apoio à Coesão Territorial e ao Desenvolvimento

Proc. 61/16
AUTORIZAÇÃO PARA VENDA DE JAZIGO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Subunidade Orgânica de Compras

Proc. 80/16
PARECER PRÉVIO VINCULATIVO FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTUDO DE VULNERABILIDADE E RISCOS DE MOVIMENTOS DE VERTENTES E ESTABILIDADE DE TALUDE EM SANTO ANTÓNIO

Proc. 84/16
PARECER PRÉVIO VINCULATIVO FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PARQUE URBANO